

| 628 | A IMAGEM DO AMBIENTE HABITACIONAL DOS ANOS 1970
A REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: “O CASO DA
MORADA DO VALE I”

Maria Soares de Almeida, William Mog

Resumo

Este artigo trata da avaliação de conjuntos habitacionais gerados a partir da implementação das políticas públicas na década de 1970 na Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando-se a qualificação do ambiente urbano para a satisfação das necessidades cotidianas de seus habitantes. Busca-se analisar a qualidade espacial de zonas habitacionais através de sua imagem físico-espacial. Os municípios de Gravataí e Cachoeirinha localizados no eixo leste-oeste da região são exemplos desse processo histórico de formação do tecido urbano levando-se em consideração a importância destes centros como concentradores do emprego decorrente da indústria e a relevância destes conjuntos para a formação de setores habitacionais da população de média e baixa renda integrantes da chamada classe trabalhadora. Verifica-se a localização destes conjuntos em relação à região, à cidade e ao seu entorno imediato. Busca-se ouvir o morador para detectar o grau de satisfação com sua moradia e com o bairro. A qualidade na organização destes espaços será medida através da avaliação de conjuntos habitacionais constituídos no período através de recursos financeiros do Banco Nacional da Habitação - BNH.

Palavras chaves: conjuntos habitacionais, qualidade espacial, indústria.

Introdução

Este texto enfoca a questão habitacional destacando como contexto de análise a Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 1970. O período se destaca pela relevância que assume a urbanização brasileira quando, pela primeira vez, a população urbana superou a rural. As implicações de uma economia predominantemente urbana sobre o território já vinha se evidenciando desde a década de 1960. Retoma-se o exame desse período para sustentar as argumentações que se formulam sobre a qualidade espacial de áreas habitacionais implantadas neste período.

A formação da Região Metropolitana de Porto Alegre remonta a década de 1950 quando as primeiras referências sobre a sua configuração começaram a aparecer em estudos sistemáticos que definiram seus contornos e identificaram as vinculações e interdependências que se estabeleciam entre centros urbanos. Junto ao município de Porto Alegre gravitavam centros secundários detentores de uma população em grande parte dependente do setor econômico da capital. Movimentos pendulares e a continuidade do tecido urbano configuravam uma cidade estendida para além de seus limites geográficos no chamado processo de conurbação urbana. A metrópole surgia estruturada a partir dos eixos viários que formavam a rede básica, conectora dos quatorze municípios incluída em seus

limites iniciais. No chamado eixo leste-oeste os municípios de Gravataí e Cachoeirinha, na década de 1960, ainda se constituíam como áreas de predominância da localização operária que se servia de Porto Alegre para a busca de emprego ou de serviços. Este quadro começa a se reverter a partir da implantação dos distritos industriais, áreas implantadas ao longo das vias regionais nas décadas de 1970 e 1980. A constituição destas áreas já estava contida nas diretrizes emanadas pelo conjunto de medidas previstas pelo Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), aprovado no início da década de 1970. Por outro lado, grande disponibilidade de terra ao longo dos eixos viários ainda a custos baixos, atraía o capital imobiliário que se servia de recursos oriundos da política habitacional e do BNH para implementar os chamados conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora.

Neste cenário se desenvolveria a criação dos conjuntos habitacionais chamados Moradas do Vale, objetos de avaliação deste trabalho localizados na periferia das zonas urbanas dos municípios em análise.

1. A política habitacional e a Região Metropolitana de Porto Alegre (1960/1970)

No Rio Grande do Sul a política habitacional implementada pelos governos militares, a partir de 1964, levou a criação de órgãos específicos para o gerenciamento e implementação das políticas federais para o setor. Foram criadas as Companhias de Habitação (COHABs) e as Cooperativas Habitacionais (COOPHABs) que eram sociedades de economia mista para atuarem no estado. Em Porto Alegre foi criado o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) como representante promotor do BNH para a construção das habitações de interesse social.

Nesse momento histórico, dois aspectos importantes dessa política habitacional comprovam a ineficiência do sistema no atendimento das populações de mais baixa renda: na prática os recursos financeiros aplicados atendiam, apenas, a classe média ou alta provocando-se a expropriação da poupança de forma compulsória retirada pelo Estado e posta à disposição da iniciativa privada. (Pereira, 1982, p.26-31)

As ações do BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e dos órgãos locais geravam questionamentos quanto à validade dos empreendimentos. Ao favorecer a obtenção do lucro do setor privado essa política tratou a terra urbana como valor de troca desconsiderando o seu valor de uso. No meio urbano as áreas habitacionais se tornam uma fonte de arrecadação monetária, uma moeda de troca. As diretrizes da política habitacional da época deixavam claro o modo capitalista de produção da moradia na medida em que favorecia a criação de oportunidades para o investimento privado na busca do lucro

financeiro em detrimento do atendimento da produção de habitação para as camadas de mais baixa renda e da superação do déficit habitacional.

“A própria cidade é uma *obra*, e esta contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”. (Lefebvre, 2001, p.12)

A ação da iniciativa privada sobre o território metropolitano, dentro dessa lógica de mercado e sob os auspícios das políticas governamentais assim traçadas, acabaram por configurar extensas áreas habitacionais desconectadas da malha urbana pré-existente e, muitas vezes, distantes dos serviços urbanos e infra-estruturas já instaladas. Enquanto os agentes urbanísticos ignorarem o valor de uso da cidade e não considerarem ela uma obra, o valor de troca irá continuar determinando as diretrizes e impondo o ideal da segregação espacial e do lucro em detrimento do convívio social.

1. 1 O Plano de Desenvolvimento Metropolitano

Dentro do panorama metropolitano, no início da década de 1970, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Esse documento representava uma regularização e organização para o crescimento urbano da RMPA considerando os seguintes aspectos: indústria, habitação, recreação, transporte coletivo, saneamento, entre outros.

Buscava-se a implantação de medidas e recursos para o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma área resultante de um processo histórico de urbanização em espaço reduzido que apresentava um grande crescimento populacional e um potencial econômico tendo como centro principal Porto Alegre, a capital do estado. (GERM, 1973).

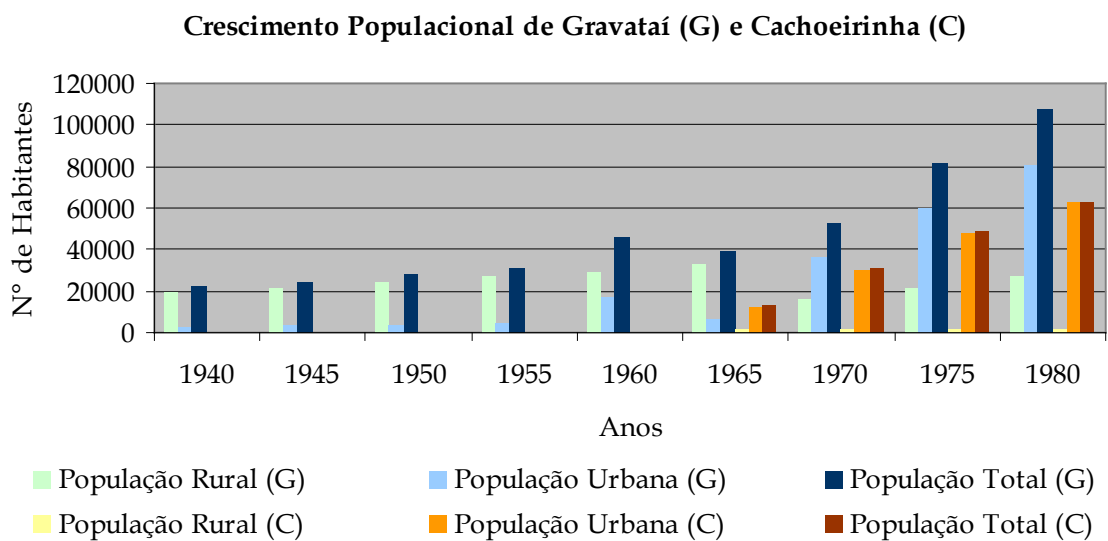
A região constituída de quatorze municípios foi definida utilizando-se critérios como a continuidade de espaços urbanos, os fluxos de transporte de passageiros e as funções exercidas por cada um dos centros urbanos periféricos ao espaço da capital, incluídos os dois municípios em análise.

2. Industrialização e urbanização nos municípios de Gravataí e Cachoeirinha

Ao longo da década de 1970 e 1980, os municípios de Gravataí e Cachoeirinha apresentaram uma variação populacional decorrente da concentração do emprego industrial gerando grande expansão urbana e processos de conurbação. A política de implantação dos distritos industriais que empregaram um grande contingente populacional alavancou o desenvolvimento urbano dessas cidades. Enquanto, no começo da década de 1970, o número

de empregos industriais nos dois municípios não somava mais de 4.000 empregos industriais, em fins da década de 1980 esse número já ultrapassava a 20.000 empregos no setor.

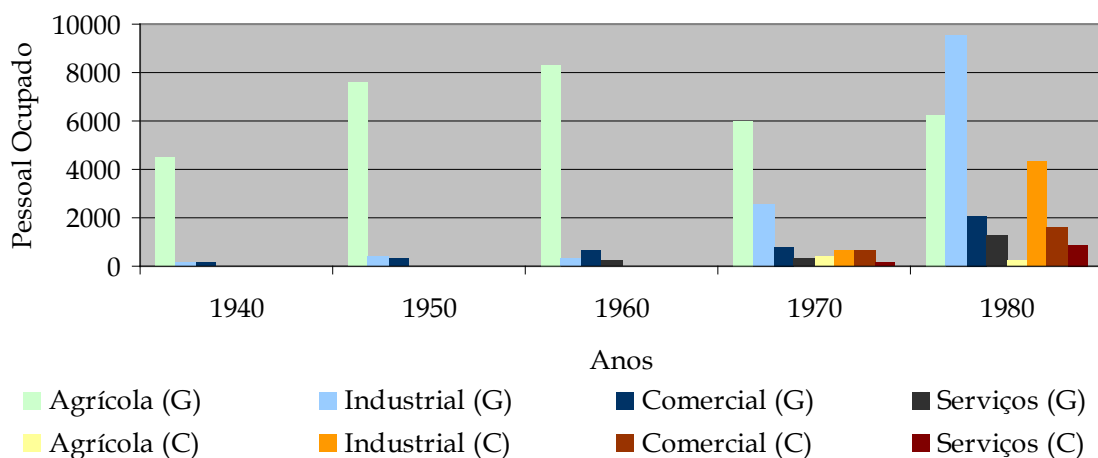
Na década de 1970 em Gravataí, a população urbana passou a ser maior que a rural destacando o crescimento da cidade. Já em Cachoeirinha a relação da população rural e urbana não é comparável, pois essa cidade não possui um setor agrícola e um processo histórico de composição a partir de um núcleo rural como a anterior. Em função do desenvolvimento do setor industrial, um grande crescimento populacional recrudescceu a partir da década de 1970 em ambas as cidades como mostra o gráfico:



Fonte: FEE

De acordo com as informações dos setores da economia e do grau de urbanização, uma clara relação se estabelece entre o crescimento da indústria em função da criação dos distritos industriais e o crescimento populacional na área urbana nos dois municípios. Ao compararmos o número de pessoal ocupado no setor industrial no final da década de 1970 com os outros setores, é evidente a importância desse setor para a economia da região como mostra o gráfico:

Desenvolvimento Econômico de Gravataí (G) e Cachoeirinha (C)



Fonte: FEE

2.2 O conflito entre urbanização e industrialização

A industrialização contribuiu para o desenvolvimento do tecido urbano atraindo um grande contingente populacional a partir dos empregos gerados possibilitando o surgimento de uma nova classe de trabalhadores. Contudo, o espaço urbano resultante desse processo pode evidenciar uma série de conflitos.

Lefebvre, em seu livro "Direito à Cidade", argumenta que a cidade já pré existia antes da industrialização, mas é após esse processo que há uma ruptura do sistema urbano criando uma nova lógica urbana. A industrialização caracteriza então a sociedade moderna. Dentro desse novo panorama surge uma relação estreita e de dependência entre industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Esses aspectos são inseparáveis e conflituosos ao mesmo tempo. (Lefebvre, 2001, p.14 e 16)

No mapa a seguir estão localizados os distritos industriais do município de Gravataí. Ambos se localizam em áreas periféricas ao longo da BR 290, via regional de alto fluxo e um dos principais eixos metropolitanos.

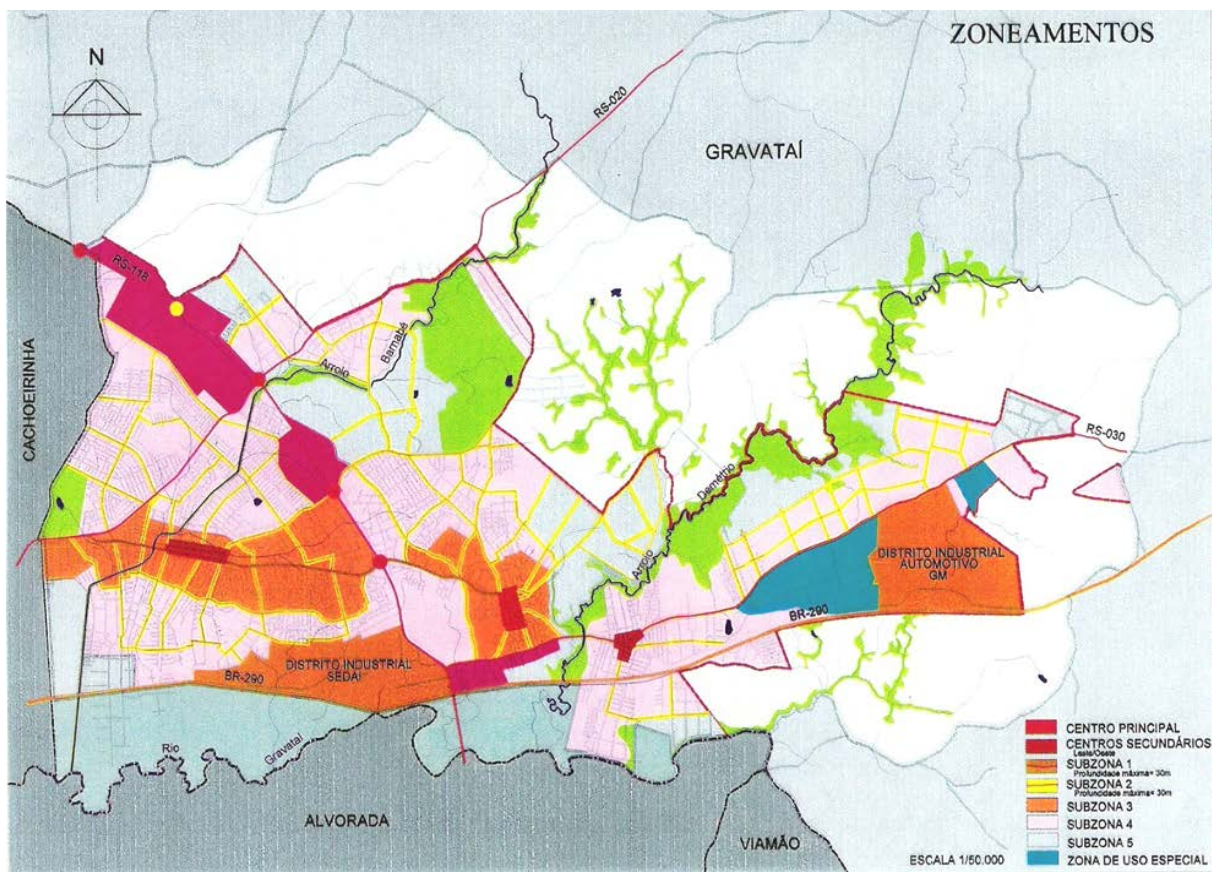


Figura 1: Mapas de zoneamento de Gravataí de 2000 (fonte: SECOPLAN)

Documentos como o PDM foram desenvolvidos para gerenciar a urbanização buscando um planejamento estratégico para a ocupação territorial. Contudo, o processo de constituição histórica dos dois municípios citados gerou tecidos urbanos recortados onde as áreas industriais não conversam com a cidade. Esses distritos industriais são zonas de grandes proporções que apresentam uma interface pouco convidativa com a cidade em função da dificuldade de conexão e integração da malha urbana gerando problemas de conectividade.

Gravataí e Cachoeirinha tiveram ao longo das décadas um desenvolvimento fragmentado. Cada período histórico apresenta particularidades que se reflete no espaço. Caberia ao setor público em associação com o setor privado garantir a ligação das partes ordenadas por uma lógica com variáveis complexas.

“A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade.” (Lefebvre, 2001, p.22)

O ambiente urbano deve apresentar uma boa organização para que todos tenham uma identidade com o lugar gerando um sentimento de apropriação e segurança por parte da comunidade. A questão que se coloca neste momento diz respeito ao papel do planejamento

urbano na busca da qualificação da cidade para seus habitantes. Busca-se com um recorte espacial e temporal examinar-la buscando-se abrir um diálogo possível com esta questão no âmbito deste trabalho.

3. A crescente demanda habitacional

Junto com o desenvolvimento industrial dos anos 1970 se expandiu a demanda por habitação correspondente ao crescimento da oferta de emprego no setor. O mercado imobiliário estimulado por esta demanda crescente e utilizando-se dos recursos financeiros disponíveis promoveu a construção de múltiplos conjuntos habitacionais, entre eles os conjuntos em análise.

“Isolado, o homem sente-se desarmado; por isso liga-se espontaneamente a um grupo. Entregue somente a suas forças, ele nada construiria além de sua choça e levaria, na insegurança, uma vida submetida a perigos e a fadigas agravados por todas as angústias da solidão. Incorporado ao grupo, ele sente pesar sobre si o constrangimento de disciplinas inevitáveis, mas, em troca, fica protegido em certa medida contra a violência, a doença, a fome: pode aspirar a melhorar sua moradia e satisfazer também sua profunda necessidade de vida social.” (CIAM, 1933, p.2).

Nestes fragmentos da Carta de Atenas, paradigma do Movimento Modernista, essa afirmativa já remetia a questão da moradia adequada ao atendimento das necessidades básicas do ser humano o que não seria alcançada em conjuntos habitacionais sem identidade própria e sem diálogo com a cidade. Avalia-se, a seguir, o conjunto Morado do Vale I, escolhido pela sua localização, inserção na política habitacional do período e significado para a cidade e seus moradores.

3.1 O Conjunto Habitacional Morada do Vale I

Sua área foi originalmente constituída por duas glebas de 22ha e 179ha pertencentes a um grupo de famílias. O loteamento do conjunto foi desenvolvido pela Construtora e Incorporadora Guerino Ltda. A aprovação do projeto ocorreu no dia 18/02/1977 e a implantação das obras de infra-estrutura foi concluída em 1989, conforme relatório da construtora de 31 de março de 1989. Atualmente o conjunto faz parte da SUB-ZONA 4 de ocupação prioritária segundo o zoneamento do Plano Diretor de Gravataí (Lei 1.541/2000 e alterações). (fonte: SECOPLAN/DEU)

O arquiteto Aldo Barbieri foi o responsável pelo projeto e pela negociação com as famílias que detinham os direitos sobre as glebas do local. O projeto estava articulado a partir de dois eixos que geravam quatro quadrantes, onde cada um apresentava uma escola

junto a uma praça. No final da década de 1970 foram iniciadas as obras das casas de alvenaria através da tecnologia CLIMATEX e das casas moduladas em madeira da tecnologia MADEZATTI. As duas tipologias apresentavam algumas variações para se adaptarem às necessidades dos seus usuários já que apresentavam um projeto com grande flexibilidade construtiva e de desenho. Esse empreendimento foi financiado pela Caixa Econômica Federal com recursos do BNH.

O loteamento com 2.088 lotes apresentava os seguintes dados de ocupação:

- Área da gleba: 2.084.432,00m²
- Área total a ser loteada: 2.064.569,25m²
- Área escolas: 62.677,80m²
- Área praças: 199.868,34m²

Em 1980, foi implantado um centro comercial na Avenida Principal no cruzamento dos dois eixos estruturais gerando uma dinâmica urbana. Hoje, o “centrinho” como é chamado pela população local é responsável por movimentar não só o Bairro Morada do Vale I, mas os bairros dos arredores, com uma diversidade de atividades agregadas a um projeto de implantação qualificado. (fonte: Arquivo Histórico da Construtora Ediba)



Figura 2: Imagem das tipologias edilícias originais

4. A imagem do ambiente habitacional

“Uma vez que colocamos a ênfase no meio físico como a variável independente, esse estudo procurará qualidades físicas que estejam relacionadas com os atributos da identidade e estrutura da imagem mental. Isto leva à definição daquilo a que podemos chamar *imaginabilidade*: àquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador.” (Lynch, 2008, p.17)

A imagem do Bairro Morada do Vale I possibilita uma identidade espacial para os usuários através de um conjunto de variáveis bem conectadas. Essas variáveis se relacionam em diversos níveis de escala de organização, segundo Lynch, estabelecendo uma hierarquia e uma complexidade espacial.

Sob esse enfoque, e utilizando o referencial teórico do autor, foram realizados com 40 usuários do bairro distribuídos em quatro subzonas, questionários qualitativos que buscavam medir o grau de imaginabilidade do ambiente e a sua conseqüente validade espacial atestada no seguinte mapa síntese:

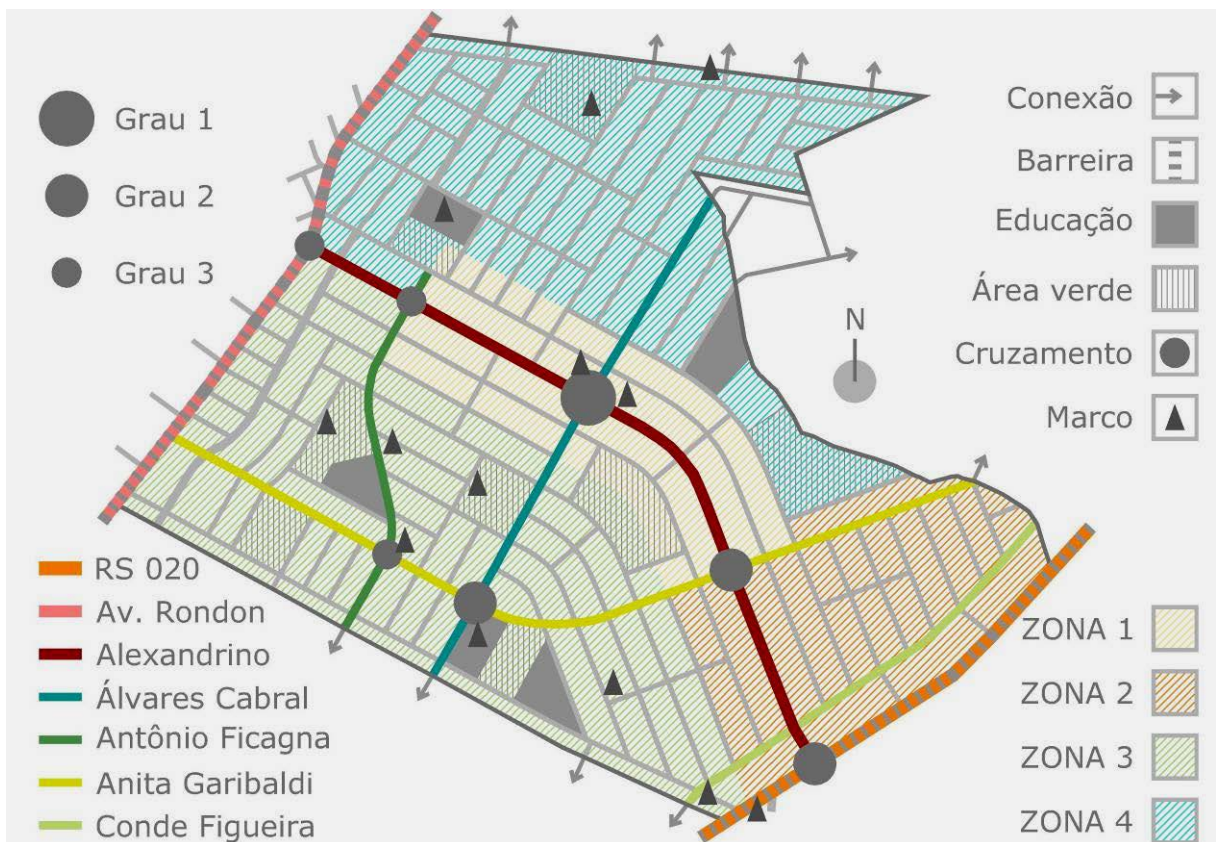


Figura 3: Mapa síntese do Bairro Morada do vale I

4.1 Os elementos da imagem e seus níveis de organização

Segundo Kevin Lynch, um espaço urbano deve apresentar cinco variáveis (via, limite, bairro, cruzamento, elemento marcante) bem conectadas para estabelecer interação entre os usuários que se identificam com o ambiente através da percepção, da compreensão e da imaginabilidade. Esses pontos geram valor de uso enquanto que o valor de troca atua apenas como mantenedor das atividades econômicas.

Vias: A estrutura viária do Morada do Vale I apresenta qualidade na implantação e na composição considerando critérios de continuidade, acessibilidade, hierarquia, conectividade, orientação e leitura do padrão do todo.

“Podem ser ruas, passeios, faixas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro. Para muitos, estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias.” (Lynch, 2008, p.52)

O projeto estabelece uma divisão do bairro em quadrantes através de dois eixos representados pelas Avenidas Alexandrino de Alencar (via principal) e pela Rua Álvares de Cabral (via secundária). Entretanto, a divisão acontece apenas no plano do projeto, porque as quatro áreas resultantes estão bem conectadas pela continuidade viária. Dois exemplos desse sistema são as Ruas Anita Garibaldi e Antonio Ficagna. Ambas cruzam as áreas e unificam o tecido urbano atuando como vias essenciais para o transporte público.

Respeitando a topografia, a grelha irregular se adapta ao terreno com ruas curvas quando necessário. A preocupação com essa variável é evidente na medida em que as vias Alexandrino de Alencar, Anita Garibaldi e Antonio Ficagna apresentam essa configuração que se articula com a paisagem original do espaço e se tornam diretrizes de organização para o todo. Além de gerarem visuais interessantes já que o ponto de fuga é mutável.

As ruas são uma parte importante da imagem das pessoas, pois são fundamentais para os percursos habituais, ocasionais ou potenciais. A via é o cenário público onde as coisas acontecem. E um ponto fundamental para tal função é a relação da escala hierárquica com a tríade da dinâmica urbana composta pela função, morfologia e fluxo. Ou seja, as ruas principais mais largas possuem os maiores fluxos, uma variedade considerável de atividades e uma diversidade morfológica. Já as vias secundárias mais estreitas apresentam fluxos mais baixos, morfologia homogênea e uma menor variedade de funções o que beneficia a tranquilidade nas vizinhanças. Esse fato é evidenciado quando 65% dos entrevistados comentaram que freqüentavam a Rua Alexandrino de Alencar que é a principal enquanto que uma percentagem menor destacou as demais ruas. Essa relação ajuda na criação de uma

imagem de lugar bem marcada. As pessoas identificam o lugar onde elas estão e se orientam facilmente em função dessa lógica de composição que deve variar de forma gradual e constante gerando uma diversidade de sensações e visuais num espaço dinâmico e reconhecível.

Outro aspecto que auxilia na continuidade são as fachadas das edificações ao longo do percurso conformando o ambiente da via no plano vertical. As duas tipologias originais (MADEZATTI e CLIMATEX) ainda estão presentes e, apesar de terem sofrido modificações, fazem parte de uma imagem que se repete em vários pontos durante os deslocamentos. Esse fator não deixa dúvida para o usuário do lugar onde ele se localiza dentro do conjunto, porque as edificações novas estão presentes junto das vias principais e de maior fluxo, já as vias secundárias apresentam uma maior densidade das tipologias originais.

A idéia de segurança apresenta uma relação com a hierarquia viária em função dos fluxos e do controle social gerados pelas idas e vindas nas vias principais e pela ausência disso em alguns pontos periféricos do bairro. Nesses locais, as vias não apresentam tantas funções com capacidade de gerar um controle e segurança presentes na Avenida Alexandrino de Alencar, como destacam os moradores.

Segundo Lynch, um grande número de vias pode ser uma rede, desde que as suas relações se repitam de um modo regular e imaginável. Esse conceito ocorre na Morada do Vale I em função de uma clareza na leitura do padrão de organização. 92,5% dos entrevistados qualificaram essa rede viária de relações afirmando que os locais eram reconhecíveis ao longo do percurso, que tudo estava perto e na volta, que as distâncias não eram grandes e que as ruas facilitavam a chegada aos locais desejáveis. (Lynch, 2008, p.64)

Limites: São bem reconhecíveis pelos moradores. E há uma clara diferença de penetrabilidade entre a direção norte/sul e a leste/oeste.

Na direção leste/oeste, 47,5% dos moradores entrevistados estabeleceu como limites a RS 020 e a Avenida Marechal Rondon denunciando uma idéia de barreira bem definida com pouca continuidade do tecido urbano para além deles. Tal aspecto se relaciona com a falta de conectividade viária nessa direção. A RS020 e a Rondon são duas vias de trânsito rápido, com fluxo intenso, largura considerável e isolam o Bairro Morada do Vale I dos Bairros Fátima e Vera Cruz.

Contudo, na outra direção a relação é distinta, pois a continuidade é atestada pelos usuários quando eles não citam um elemento específico como uma via para destacar os limites. 37,5% dos entrevistados consideraram que na direção norte/sul o conjunto começa

na Morada do Vale II e termina na Morada do Vale III salientando uma relação de encontro, de boa conectividade e de “costura” entre os bairros adjacentes designados por Morada do Vale I e II.

Um fator que contribuiu na ligação das três Moradas foi a execução na mesma época e pela mesma incorporadora. Por isso, 75% dos entrevistados destacaram as Moradas do Vale II e III como bairros reconhecíveis do entorno e bem conectados.

“Enquanto que a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser, necessariamente, impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora e é interessante estudar as diferenças de tais efeitos.”
(Lynch, 2008, p.68)

O contraste da morfologia, dos usos e dos fluxos entre as interfaces do bairro analisado é contrastante. Junto da Rondon e da RS020, onde se localizam galpões industriais, há um baixo fluxo de pedestres num ambiente onde a forma das edificações e seu uso não geram uma identidade homogênea e afasta a circulação do pedestre. Já, nas interfaces com as outras duas Moradas, o fluxo entre pedestre e veículos é equilibrado, principalmente, junto da Morada do Vale III. As morfologias das edificações ajudam numa transição entre os espaços públicos e o uso residencial, com a presença dos recuos de jardim.

Bairro: A imagem de bairro é fundamental, porque ela sintetiza o lugar através de características predominantes e comuns aos seus moradores. Para os usuários da Morada do Vale I essa imagem é clara, porque todos os entrevistados relacionaram o conjunto de alguma forma a um lugar tranquilo, bom de viver, onde o comércio e os serviços atendem as necessidades cotidianas. Esses aspectos classificam um espaço de convívio com uma espacialidade diversificada e uma hierarquia de usos, fluxos e forma diversificados. O conjunto possui ambientes com baixo fluxo de veículos. A dinâmica do bairro parece auxiliar a qualidade do ambiente urbano como abrigo e de sustentação da vida de relação.

“Os bairros são áreas citadinas relativamente grandes em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo, quando alguém por eles passa ou os atravessa.” (Lynch, 2008, p.70)

As continuidades temáticas são fundamentais para criação dessa imagem de bairro através de alguns fatores como: textura, espaço, forma, cor, detalhes, símbolos, tipologias, utilizações, atividades, habitantes, estado de conservação e topografia. Entre as temáticas do conjunto estão as tipologias originais MADEZATTI e CLIMATEX que proporcionaram um ritmo nos percursos e uma espacialidade que é reconhecível devido ao

formato e à textura característica. Além disso, as casas originais de madeira apresentam um sistema de esquadria pantográfica na vertical que é um símbolo identificável do conjunto.

Além das tipologias, as áreas verdes de lazer como praças e parques se destacam nos percursos. A grande maioria dos entrevistados se identificou com as áreas verdes da região que estão posicionadas de forma equilibrada no interior do bairro. O Parque Ambiental é a principal área verde e está sempre ocupada por algum tipo de público específico. 55% dos entrevistados destacaram essa área como parte fundamental da imagem do bairro. Em alguns momentos são os jovens andando na pista de skate, em outros são as crianças brincando na pracinha e em outros são os idosos passeando entre os banhados.

“Quando a exigência principal foi satisfeita e a unidade temática está estabelecida, contrastando com o resto da cidade, o grau de homogeneidade interna perde parte da sua importância, especialmente no caso dos elementos contrastantes ocorrerem numa seqüência que se deixa antever.” (Lynch, 2008, p.72)

Além das continuidades temáticas, o local também oferece um ambiente com contrastes entre quatro sub-regiões bem integradas que possuem as suas particularidades e a sua correspondência com o todo.

- a) Zona 1: Área comercial da Avenida Alexandrino de Alencar e seu entorno. Os fluxos são intensos e a morfologia dos edifícios é diferenciada devido à altura.
- b) Zona 2: Área residencial com faixa industrial junto da RS 020. Zona mais degradada e segregada segundo o péssimo estado de conservação das edificações.
- c) Zona 3: Maior área residencial do conjunto com alguns pontos comerciais secundários. Além de vários pontos educacionais como o CIEP.
- d) Zona 4: Área residencial mais homogênea do conjunto com poucos pontos comerciais e de serviços. É também o local onde as edificações estão bem conservadas e o fluxo de veículos é baixo.

“Algumas regiões são como que introvertidas, viradas para si próprias, com poucas referências à cidade em seu redor... Outras são extrovertidas, viradas para o exterior e ligadas aos elementos circundantes.” (Lynch, 2008, p.75)

A Zona 1 apresenta um caráter extrovertido, pois ela é capaz de atrair fluxos externos ao conjunto que são representados pelos moradores do entorno do bairro que vão fazer compras, usar os serviços ou trabalhar no local segundo grande parte das entrevistas feitas nessa zona. Essa parte também funciona como uma fronteira dentro do bairro agindo como um limite secundário penetrável. Ao contrário dessa parte, as outras três são mais

introvertidas, porque os fluxos são locais e não representam muitos pontos referenciais para a região com exceção da Zona 3 onde se localiza o CIEP que atrai um público específico.

Cruzamentos: São locais estratégicos para os usuários do bairro, porque são importantes na transição entre os locais e no senso de localização e orientação auxiliando durante o percurso.

“Alguns destes nós de concentração são o foco ou o resumo de um bairro. É destes nós que a sua influência irradia muitas vezes, tornando-se, por vezes, um cruzamento o símbolo de um bairro. Podem, por isso também, chamar-se centro.” (Lynch, 2008, p.52 e 53)

De acordo com as entrevistas, 90% das pessoas reconheceram no cruzamento entre a Alexandrino de Alencar e a Álvares Cabral o ponto focal de maior movimento e encontro do bairro. A sinaleira presente no local simboliza a importância do cruzamento no centro do eixo comercial.

Contudo, esse cruzamento não é o único que merece um destaque dentro do bairro. A Morada do Vale também possui uma hierarquia com relação aos cruzamentos. Cada um apresenta uma característica diferencial que atesta a sua importância. No cruzamento entre a Anita e a Álvares Cabral o destaque vai para um núcleo secundário de comércio, para a presença do CIEP e por estabelecer uma área de contato com a Morada do Vale III.

É nítida a importância dos cruzamentos na organização de uma malha viária, porque eles são pontos de orientação, de tomada de direção e de boa acessibilidade. Logo, é normal que tais locais fiquem bem marcados na imagem dos moradores e usuários que devem tomar uma decisão com relação à seqüência do seu trajeto nesses pontos. Além disso, não é a toa que os edifícios mais altos, os pontos comerciais e os elementos marcantes estejam próximos desses nós viários que acabam ganhando mais importância no todo. Um exemplo bem claro disso é o CIEP na esquina do cruzamento entre a Anita e a Álvares Cabral. “Os cruzamentos, assim como os bairros, podem ser introvertidos ou extrovertidos” (Lynch, 2008, p.80)

No tecido urbano do bairro, o cruzamento mais extrovertido é o principal entre a Alexandrino e a Álvares Cabral, porque as ligações que partem dele são mais abrangentes se conectando às outras áreas do entorno. Este tipo de cruzamento proporciona maior segurança, permitindo o reconhecimento da imagem do local. Outros cruzamentos, como o cruzamento entre a Rua Antonio Ficagna e a Anita, são mais introvertidos porque se localizam em pontos mais periféricos do tecido. Logo, a sua capacidade de orientação direcional pode se tornar mais limitada e o sentimento de insegurança mais forte. A

localização desse ponto não é tão evidente para alguém que chega pela primeira vez no bairro.

Elementos marcantes: São contrastantes e se diferenciam do entorno, característica necessária para a sua função de indicador. Esses elementos especiais possuem uma função inversa das continuidades temáticas.

“São normalmente representados por um objeto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência em relação a uma quantidade enorme de outros elementos.” (Lynch, 2008, p.53)

É muito comum a associação entre o cruzamento e o elemento marcante. Tal relação acontece com grande parte dos pontos de referência da Morada do Vale I. Para os moradores da região, o CIEP, a Trafo e o centro comercial na Avenida, que foi destacado por metade dos entrevistados, foram elementos marcantes bem recorrentes na imagem geral e estão relacionados com os cruzamentos mais importantes. Outros pontos marcantes que auxiliam na orientação dos usuários são as áreas verdes e seus elementos de composição. O exemplo mais claro disso é o Posto de Saúde presente no Parque Ambiental. Esse é um caso onde a atividade do equipamento referencial é fundamental para o seu destaque, já que a forma física não é algo muito destacado.

O elemento marcante externo ao observador pode ser de dois tipos, segundo Lynch: um atinge uma escala geral já que a sua função é de indicador de percurso como a avenida principal. O outro atinge uma escala local completando a imagem como indicação de identidade e estrutura. O posto de saúde no Parque Ambiental é um exemplo desse tipo.

O conjunto de elementos na Avenida Alexandrino de Alencar ocupa o papel de série seqüencial atuando como ambiente atrativo e de acumulação do bairro onde um elemento está amarrado no seguinte gerando um movimento orientado ao usuário devido a uma gama de informações que auxilia a percepção do ambiente.

4.2 A imagem estruturada e hierarquizada

As relações entre esses cinco elementos determinam, segundo Lynch, as características espaciais do lugar e as imagens identificadas pelos usuários que representam diferentes níveis de organização no espaço. Cada nível se relaciona com uma escala urbana distinta: escala da cidade, escala do conjunto e escala da vizinhança. É essa hierarquia de graus de organização que determina um espaço urbano diversificado e complexo, conectado ao todo e que dá para cada indivíduo o sentimento de pertencer e influenciar nesse todo

urbano. A funcionalidade, a morfologia e os fluxos são variáveis que determinam a dinâmica no espaço.

No Bairro Morada do vale I, os cinco pontos urbanos presentes no estudo de Kevin Lynch estruturam uma imagem complexa e organizada que gera uma hierarquia organizacional possibilitando uma interação entre as escalas urbanas tornando viável os encontros e o convívio social dos seus usuários.

Conclusão

Numa época onde as políticas nacionais de planejamento urbano e habitacional dependiam das diretrizes impostas pelo BNH e pelo SERFHAU, surgiram uma série de conjuntos habitacionais com o objetivo de atender a demanda crescente populacional nos grandes centros urbanos. No contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre, o PDM exerceu um papel de indicador de diretrizes de ocupação e localizações de atividades urbanas, com destaque para a indústria. Os chamados distritos industriais previstos pelo plano metropolitano para os municípios de maior porte na região foram parcialmente implementados. Os municípios de Gravataí e Cachoeirinha representam o êxito desta política. Os conjuntos habitacionais que acompanharam a tendência desta concentração do emprego industrial se fizeram implantar em áreas próximas, muito mais em decorrência da disponibilidade de terras a baixo custo do que para atendimento da demanda gerada pela concentração do emprego industrial. Entretanto, a avaliação acima procedida permite que sejam evidenciados atributos positivos, podendo-se afirmar que, atualmente, os conjuntos em análise originários desse processo e apoiados pelas políticas públicas, se desenvolveram e adquiriram uma qualidade espacial evidenciada pela diversidade de usos, formas e fluxos que favorecem a vida de relação de seus habitantes.

O conjunto avaliado apresenta, atualmente, uma dinâmica própria e uma autonomia urbana, considerando-se a metodologia “lynchiana” adotada como suporte teórico as análises acima procedidas. Restaria ampliar a investigação para conclusões mais abrangentes. E aqui permanecem alguns questionamentos como elos de ligações para futuras investigações. Seria devido a um projeto exemplar de implantação que possibilitou o desenvolvimento e a formação de uma identidade espacial para o conjunto e seus moradores ao longo do tempo? Este projeto e seu autor merecerão um novo olhar mais qualificado que permita novas conclusões sobre a obra, seus pressupostos, seus moradores e qualidade urbana.

“Os bairros contêm cruzamentos na sua estrutura, são demarcados por limites, cruzados por vias e salpicados por elementos marcantes. Os elementos sobrepõem-se e interligam-se constantemente. Se esta análise começa com a diferenciação dos elementos em categorias, tem de terminar com a sua reintegração no todo que é a imagem.” (Lynch, 2008, p.53 e 54)

A metodologia de análise espacial de Kevin Lynch presente em seu livro “A imagem da cidade” determina que um espaço urbano qualificado precisa de cinco elementos (bairro, vias, limites, cruzamentos e elemento marcantes) bem conectados e articulados entre si gerando um ambiente ordenado com certa complexidade onde padrões podem ser reconhecidos.



Figura 4: Avenida principal com grande diversidade de usos

A partir dessa idéia de imagem de lugar, que traz consigo uma identidade em função da diversidade de usos, formas e fluxos adquirida ao longo do tempo como ocorreu no Morada do Vale I, remete a um questionamento quanto à qualidade dos conjuntos habitacionais produzidos atualmente. Uma análise semelhante poderia auxiliar na

identificação da qualidade espacial de conjuntos habitacionais implantados pelos recursos financeiros oriundos das políticas públicas traçadas pelo Estado nas últimas décadas do século XXI. Hoje em dia os espaços habitacionais destinados às faixas de menor renda, assim como, às mais elevadas oferecem aos seus moradores um ambiente de convívio conectado com o seu contexto urbano de forma que o indivíduo possa se identificar com o seu espaço de vivência cotidiano? Um olhar sobre o passado acredita-se, pode evidenciar erros e acertos na construção dos espaços urbanos auxiliando a projeção de um futuro melhor para as nossas cidades.

Referenciais bibliográficos

- Almeida, M. S. de 1989. *Políticas Públicas da Habitação e do Transporte. O caso da Região metropolitana de Porto Alegre. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR, Porto Alegre, PROPUR.*
- Arretche, M. 1990. *Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional*, São Paulo, Espaço e Debate n°. 31.
- Castello, L. 1995. *Repertório de elementos urbanos na área central*, Porto Alegre, Urbanismo e Ambiente.
- CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna 1933. *Carta de Atenas* [Em linha], Atenas: CIAM. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. [Consult. 15 de novembro de 2012].
- GERM - Grupo Executivo da Região Metropolitana e Deutsche Projekt Union 1973. *Plano de Desenvolvimento Metropolitano, vol. 1 - Tarefa e Concepção Metodológica*, Porto Alegre, GERM.
- Lefebvre, H. 2001. *O direito à cidade*, São Paulo, Centauro Editora.
- Leme, M. C. S. 1982. *Estudo sobre o planejamento urbano em São Paulo, 1930-1969*, São Paulo, tese de doutoramento FAU/USP.
- Lynch, K. 2008. *A imagem da cidade*, São Paulo, Edições 70 Ltda.
- METROPLAN/FEE 1988. *Região Metropolitana de Porto Alegre: Informações e Análise*, Porto Alegre, FEE.
- Pereira, L. H. 1982. *Habitação popular no Rio Grande do Sul 1890/1980*, Porto Alegre, PROPUR/UFRGS.
- Arquivos consultados:
Arquivo Histórico da Construtora Ediba.
Arquivos Históricos da SECOPLAN (Secretaria de obras e planejamento de Gravataí).

Relatório dos Loteamentos Morada do Vale I, Morada do Vale II, Morada do vale III, Quinta do Sol e Soster da SECOPLAN/DEU.

Arquivos da Fundação de Economia e Estatística, RS (FEE):

Anuários demográficos da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1980);

Censos demográficos da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1980);

Censos agrícolas da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1960);

Censos comerciais da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1960);

Censos industriais da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1960);

Censos de serviços da Região Metropolitana de Porto Alegre (1940 - 1960).